

Venha a nós o vosso Reino!

COMISSÃO CENTRAL PARA A REVISÃO DOS *ESTATUTOS DO REGNUM CHRISTI*

TEMA DE ESTUDO E REFLEXÃO N.º 3

A Igreja como mistério de comunhão

OBJETIVO

É muito importante compreender que a Igreja é um mistério de comunhão, porque nossa vocação laical e o carisma do *Regnum Christi* só têm sentido na Igreja, e a Igreja é comunhão de vocações e de carismas no amor de Deus. Estamos chamados a viver nossa vocação e nosso carisma em comunhão com as demais vocações e carismas. Inclusive, não podemos compreender em profundidade a nós mesmos se não à luz dos demais; não podemos entender nossa identidade, missão e carismas se não na comunhão da Igreja.

Ademais, a comunhão é precisamente a grande tarefa que São João Paulo II indicou, sem dúvida de maneira profética, para a Igreja de nosso tempo: “Fazer da Igreja a casa e a escola da comunhão: este é o grande desafio que temos diante de nós no milênio que começa, se queremos ser fiéis ao desígnio de Deus e responder também às profundas esperanças do mundo”¹. Portanto, o *Regnum Christi* também aspira a ser cada dia mais e melhor lugar de comunhão, e o processo de renovação atual deve apontar para isso.

A exposição do tema começa com uma breve exposição inicial sobre a noção de comunhão dentro do ensinamento doutrinal do Magistério sobre o que é a Igreja, para apresentar a seguir as três etapas da evolução histórica do conceito de comunhão desde o Concílio Vaticano II até a atualidade. Como material de apoio, acrescenta-se uma seleção de textos sobre os fundamentos teológicos da comunhão.

ESQUEMA

- A.** A noção de “comunhão eclesial”. A *comunhão* é uma noção adequada para adentrarmos no mistério da Igreja. É fundamentalmente fruto da eclesiologia do Concílio Vaticano II e foi desenvolvida pelo magistério posterior. Apresentamos a natureza sobrenatural, a origem trinitária, a configuração orgânica e a dimensão missionária da comunhão eclesial.
- B.** O conceito de “comunhão” desde as origens até o Concílio Vaticano II. O significado da comunhão para as primeiras comunidades cristãs era o de uma realidade espiritual e visível ao mesmo tempo. Posteriormente se enfatizou de forma progressiva sua dimensão jurídica, obscurecendo-se a teológica. Desde o Concílio Vaticano II, busca-

¹ JOÃO PAULO II, Carta apostólica *Novo millennio ineunte*, 42.

se recuperar a riqueza do sentido original deste conceito e aprofundar nele.

- C. A “eclesiologia da comunhão”. A Igreja concebe a si mesma como uma comunhão, enraizada nos sacramentos e, portanto, como realidade espiritual e não somente sociológica ou jurídica. Nela existe também unidade e diversidade entre seus membros.
- D. A “espiritualidade da comunhão”. A comunhão não é apenas uma forma de entender a Igreja, mas deve chegar a ser um modo de pensar, sentir e agir. A comunhão se concretiza em espaços determinados e pressupõe a revalorização da identidade e missão de todos – e hoje particularmente a dos leigos – como uma condição necessária para que a Igreja possa cumprir sua missão.
- E. Alguns textos de apoio para a fundamentação teológica da comunhão.

CONCEITOS CHAVE

1. Comunhão
2. Eclesiologia de comunhão
3. Espiritualidade de comunhão
4. Comum dignidade cristã

A. A noção de comunhão eclesial

1. Modos de explicar o mistério da Igreja

A *comunhão* “encarna e manifesta a própria essência do mistério da Igreja”². Nas décadas prévias ao Concílio Vaticano II, a imagem mais generalizada entre os católicos para expressar o mistério da Igreja era a do Corpo místico de Cristo, que harmoniza a unidade com a pluralidade de membros, ressalta que Cristo é a Cabeça da qual brota a vida de todo o corpo eclesial e que, participando desta vida comum, há diversidade de membros que servem ao corpo com sua contribuição específica. Com o Concílio Vaticano II, passou-se a recorrer mais à imagem da Igreja como Povo de Deus, ressaltando a comum dignidade de todos os fiéis por razão do batismo e do chamado universal à santidade e o caráter sacramental deste povo em meio do mundo. Como veremos neste subsídio, nas últimas décadas o Magistério está ressaltando a “comunhão” ao se referir ao mistério da Igreja. Na linguagem religiosa cotidiana, costumamos chamar “comunhão” sobretudo a recepção do sacramento da Eucaristia; aqui não nos referimos a isto, mas a uma maneira de entender a própria Igreja, o conjunto dos batizados que conformam a Igreja Católica; no entanto, sendo a Eucaristia “fonte e ápice de toda a vida cristã”³, convém também recordar que a Igreja vive da Eucaristia e que a Eucaristia é o ápice da comunhão entre o homem e Deus e dos fiéis entre si. Por isto o nome “comunhão” para o sacramento eucarístico tem muito sentido, pois a celebração deste sacramento consolida e leva à perfeição a comunhão eclesial⁴.

² Ibidem.

³ CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição dogmática *Lumen gentium*, 11.

⁴ Conf. JOÃO PAULO II, Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, 1: “A Igreja vive da Eucaristia. Esta verdade não expressa somente uma experiência cotidiana de fé, mas encerra em síntese o núcleo do mistério da Igreja”; 34: “A Igreja, enquanto peregrina aqui na terra, está chamada a manter e promover tanto a comunhão com Deus trinitário como a comunhão entre os fiéis. Para isso, conta com a Palavra e os Sacramentos, sobretudo com a

Não devemos esquecer, também, que a Igreja pode ser vista – e estudada – de diversas dimensões. Isto já comporta um esforço: não devemos confundi-las com sua definição, como se quiséssemos englobar em um único termo todos os seus aspectos à força. Recordemos que a Igreja é acima de tudo *mistério*⁵ e por fim, podemos conhecê-la por *analogias*, que sempre representam uma realidade de forma parcial e não em sua totalidade. Por isto, é importante ter claro que a *comunhão* é um dos modelos possíveis e que não devemos esquecer de enquadrá-lo dentro de toda a doutrina católica sobre a Igreja para interpretá-lo corretamente, sem pretender reduzir a esta palavra tudo o que pode se dizer da Igreja. Ao longo da história, a *ecclesiologia* (isto é, a parte da teologia que estuda a própria Igreja) percorreu diversas imagens ou conceitos para expressar o mistério da Igreja segundo foi tornando mais adequado ou possível dentro da cultura e condições dos tempos. Em nossos dias, o conceito em que mais insiste o magistério universal é o da Igreja como *comunhão*.

Com efeito, ao longo dos séculos, a Igreja – conduzida pelo Espírito Santo – descobre cada vez mais profundamente sua própria identidade. Mais recentemente, o Concílio Vaticano II (1962-1965) foi um marco importantíssimo, já que continuou a reflexão sobre a Igreja em si mesma (que havia ficado inconclusa no Concílio Ecumênico Vaticano I, 1869-1870), assim como em sua relação com o mundo moderno, o que produziu uma renovada concepção sobre a identidade e missão da Igreja. Ao estudar os documentos do Concílio (principalmente a constituição dogmática *Lumen gentium*), encontramos cinco noções principais: a Igreja como *povo de Deus*, a Igreja como *Corpo místico de Cristo*, a Igreja como *sacramento universal de salvação*, a Igreja como *a videira e os sarmentos* e a Igreja como *comunhão*. As cinco buscam expressar o mistério da Igreja, por isso se encontram profundamente relacionadas. A noção da Igreja como *comunhão* (da que trata este subsídio) teve um processo de desenvolvimento ulterior, a partir dos textos conciliares.

2. *Natureza sobrenatural da comunhão eclesial*

Seria um erro limitar a comunhão eclesial à complementariedade visível entre os estados de vida na Igreja, à colaboração prática em algumas tarefas ou à distribuição operativa de tarefas; isto seria reduzi-la a uma dimensão superficial, externa, organizativa, pragmática e materialista, que definitivamente não compromete nossas pessoas, mas no máximo a exterioridade de nosso atuar em algumas ocasiões. Porém, seria não menos errôneo limitá-la a um sentimento interior, a um pressuposto intelectual ou a uma asseveração fideísta; pois isso seria reduzi-la a uma dimensão espiritualista e definitivamente individualista, que tampouco chega a questionar nossa vida nem a fazer-nos crescer. Do mesmo modo, seria equivocado identificar a comunhão com a companhia, com a massificação, com a comunicação, com a

Eucaristia, da qual “vive e se desenvolve sem cessar” [LG 26] e na qual, ao mesmo tempo, se expressa a si mesma. Não é casualidade que o termo *comunhão* se tenha convertido em um dos nomes específicos deste sublime Sacramento”, e 34-46 (estes números correspondem ao capítulo IV *Eucaristia e comunhão eclesial*).

⁵ Conf. *Catecismo da Igreja Católica*, 770-780. Fala-se de “mistério” no sentido de que nos referimos a uma realidade revelada por Deus com valor salvífico para nós que conhecemos pela fé (neste caso, tal realidade é a Igreja); portanto, ainda se tivermos um conhecimento certo desta realidade pela certeza da fé, nunca poderemos nesta vida ter um conhecimento completo e evidente dela. Todas as verdades da fé são “mistérios” (os mistérios da vida de Jesus, mistério da Santíssima Trindade, mistério da Imaculada Conceição de Maria, etc.), porque encerram uma realidade salvífica que permanece oculta a nossos olhos, mesmo quando a fé nos permite ter um conhecimento dela.

convivência ou com a empatia e a amizade; em tal caso, adotaríamos uma visão horizontalista e naturalista da vida eclesial. Também seria errado confundir a comunhão com as relações indiferenciadas para os demais, fora de razão e medida e de consciência das identidades própria e alheia; isto seria basicamente incorrer em espontaneidade e infantilismo. Por último, seria igualmente equivocado interpretar a comunhão como imposição da uniformidade, simples submissão à autoridade ou silenciamento das minorias; porque equivaleria a reduzir a fé à ideologia e a vida eclesial a um sistema de poder.

A comunhão eclesial é participação no amor trinitário que, por meio da Igreja, se derrama pelo mundo atraindo-nos à união com Deus e com os demais. É fundamentalmente a “comunhão dos santos” em virtude do Espírito Santo⁶; é “comunhão de vida, de caridade e de verdade” instituída por Cristo para ser instrumento de redenção universal e estender-se por todo o mundo sendo nele luz e sal⁷; é fraternidade n’Ele que nos faz partícipes da vida divina como filhos adotivos do Pai conforme a seu desígnio, antecipação e início da congregação eterna “em uma Igreja universal na casa do Pai”⁸.

Por isto, a comunhão é edificada com a doação recíproca, consciente e livre dos fiéis por caridade cristã fundada na fé de que nos pertencemos uns a outros em Cristo⁹. O Papa Francisco convidou, desde o início de seu pontificado, a todos os homens a cuidar uns dos outros, como irmãos em humanidade, e muito mais aos cristãos, a abrir-nos ao Espírito Santo da unidade e da diversidade, ao Espírito da harmonia¹⁰. “Todos os filhos de Deus e membros de uma mesma família em Cristo, ao unir-nos no amor mútuo e no mesmo louvor à Santíssima Trindade, estamos respondendo à íntima vocação da Igreja”¹¹.

3. Uma comunhão “orgânica”: unidade e diversidade

O que nos introduz na comunhão da Igreja é nossa filiação divina em Cristo. Do Batismo – e dos outros sacramentos de iniciação cristã – procede a comum dignidade de todos os cristãos e, ao mesmo tempo, a razão de ser da diversidade das vocações: “Por sua regeneração em Cristo, dá-se entre todos os fiéis uma verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação, em virtude da qual todos, segundo sua própria condição e ofício, cooperam na edificação do Corpo de Cristo”¹². Por isto:

⁶ A Igreja é “unificada em comunhão” pelo Espírito Santo e “os membros do Povo de Deus são chamados a uma comunicação de bens” espirituais, apostólicos e temporais: *Lumen gentium*, 4, 13 e conf. 50. Conf. *Catecismo da Igreja Católica*, 949-953.

⁷ *Ibidem*, 9 e conf. 50 (“a comunhão que reina em todo o Corpo místico de Jesus Cristo”).

⁸ *Ibidem*, 2.

⁹ Conf. *Novo millennio ineunte*, 43.

¹⁰ Conf. FRANCISCO, Homilia de início do pontificado (19 de março de 2013): “a vocação de custodiar não só nos respeita a nós, os cristãos, mas tem uma dimensão que antecede e que é simplesmente humana, corresponde a todos. [...] É custodiar as pessoas, o preocupar-se por todos, por cada um, com amor, [...]”; *IDEM*, Exortação apostólica *Evangelii gaudium*, 216: “todos os cristãos estão chamados a cuidar da fragilidade do povo e do mundo em que vivemos”; *IDEM*, Homilia com os movimentos em Pentecostes (19 de maio de 2013): “o Espírito Santo, aparentemente, cria desordem na Igreja, porque produz diversidade de carismas, de dons; entretanto, sob sua ação, todo isto é uma grande riqueza, porque o Espírito Santo é o Espírito de unidade, que não significa uniformidade, mas reconduzir tudo à *harmonia*. Na Igreja, a harmonia é feita pelo Espírito Santo. [...] Ele é precisamente a harmonia. Só Ele pode suscitar a diversidade, a pluralidade, a multiplicidade e, ao mesmo tempo, realizar a unidade”. Conf. JOÃO PAULO II, Exortação apostólica *Christifideles laici*, 20: “É sempre o único e idêntico Espírito o princípio dinâmico da variedade e da unidade na Igreja e da Igreja”.

¹¹ *Lumen gentium*, 51.

¹² *Código de Direito Canônico*, c. 208. *Christifideles laici*, 9.

A comunhão eclesial se configura, mais precisamente, como comunhão “orgânica”, análoga a de um corpo vivo e operante. Com efeito, está caracterizada pela simultânea presença da *diversidade* e da *complementariedade* das vocações e condições de vida, dos ministérios, dos carismas e das responsabilidades. Graças a esta diversidade e complementariedade, cada fiel leigo se encontra *em relação com todo o corpo* e *lhe oferece sua própria contribuição*.¹³

A imagem paulina do corpo permanece como ponto de referência: “Pois da mesma maneira que em um só corpo temos muitos membros, e todos os membros não têm a mesma função, assim nós, sendo muitos, somos um só corpo em Cristo, mas cada membro está a serviço dos outros membros”¹⁴. Assim: “É comum a dignidade dos membros, que deriva de sua regeneração em Cristo, comum a graça da filiação, comum o chamado à perfeição: uma só salvação, única a esperança e indivisa a caridade”¹⁵. Por isto, na Igreja, somos todos – pastores e leigos – “irmãos” e, “ainda quando alguns, por vontade de Cristo, foram constituídos doutores, dispensadores dos mistérios e pastores para os demais, existe uma autêntica igualdade entre todos quanto à dignidade e à ação comum a todos os fiéis em ordem à edificação do Corpo de Cristo. Pois a distinção que o Senhor estabeleceu entre os sagrados ministros e o rosto do Povo de Deus leva consigo a solidariedade, já que os Pastores e os demais fiéis estão vinculados entre si por recíproca necessidade”¹⁶.

4. *Comunhão missionária*

A comunhão eclesial é “comunhão missionária” porque a Igreja está chamada a acolher a todos e é enviada a todo o mundo para reconciliar o homem com Deus e, n’Ele, fazer irmãos a todos os homens¹⁷. “A comunhão e a missão estão profundamente unidas entre si, se compenetraram e se implicam mutuamente, a tal ponto que a comunhão representa também a fonte e o fruto da missão: a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão”¹⁸.

B. O conceito de *comunhão* desde as origens até o Concílio Vaticano II

A palavra latina *communio* é uma tradução do grego *κοινωνία* (*koinonía*). A raiz *koin* (*koin*) significa “o que há em comum”.

O que vimos e ouvimos, nós vos anunciamos, para que estejais em comunhão conosco. E esta comunhão nossa é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo. Escrevemos isto para que a nossa alegria seja completa” (*IJo* 1,3-4).

Esta passagem da primeira carta de São João pode ser considerada o critério de referência para qualquer interpretação cristã correta da comunhão, já que reúne seus elementos

¹³ *Christifideles laici*, 20.

¹⁴ *Rm* 12,4-5.

¹⁵ *Lumen gentium*, 32.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Conf. *Christifideles laici*, 8: A Igreja “é mistério porque o amor e a vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo são o dom absolutamente gratuito que se oferece a quantos nasceram da água e do Espírito (conf. Jo 3,5), chamados a reviver a mesma comunhão de Deus e a manifestá-la e comunicá-la na história (missão)”.

¹⁸ *Ibidem*, 32.

essenciais: o ponto de partida da comunhão é o encontro com o Filho de Deus, Jesus Cristo, que chega aos homens por meio do anúncio da Igreja. Assim, nasce a comunhão dos homens entre si, a qual, por sua vez, se funda na comunhão com o Deus uno e trino¹⁹.

Estudando os outros textos do Novo Testamento, podemos dizer que a comunhão se apresenta em três sentidos diversos:

- referente a Cristo (“sentido cristológico”). Comunhão com Cristo, Filho do Pai: chamados à irmandade com o Filho (*1Cor* 1,9), a comunhão com o Corpo e o Sangue de Cristo (*1Cor* 10,16), nossa parte nos sofrimentos de Cristo (*Flp* 3,10), etc.,
- referente ao Espírito Santo (“sentido pneumatológico”). Comunhão no Espírito Santo: participamos na natureza divina (*2Pe* 1,4), a colaboração com a evangelização (*Flp* 1,5), a comunhão do Espírito (*2Cor* 13,13, *Flp* 2,1), etc.,
- referente à Igreja (“sentido eclesiológico”), isto é, comunhão com a Igreja: a comunidade dos crentes em Cristo, os irmãos que compartilham entre si os diversos bens (*Atos* 2,42-45;4,32-37), os atos de solidariedade da comunidade (*2Cor* 8,4), o ministério do apóstolo nas diversas comunidades (*2Cor* 8,23), etc.

“A comunhão é uma noção muito estimada na Igreja antiga (como sucede também, hoje, particularmente no Oriente)”²⁰. Com a passagem dos séculos, o sentido eclesiológico passará a ser o de uso dominante, com uma tendência sustentada durante toda a Idade Média. Por outro lado, a concepção da comunhão eclesial irá adquirindo um carácter cada vez mais *jurídico* (regulação de relações entre comunidades, entre o bispo e os fiéis, por exemplo) que *teológico-espiritual*, especialmente desde o Concílio de Trento (1545-1563), o qual, em resposta à Reforma protestante, buscou enfatizar a visibilidade da Igreja, isto é, sua dimensão institucional. Para efeitos deste subsídio, podemos considerar que esta concepção se manteria praticamente invariante até finais do século XIX.

Influenciado pelas correntes teológicas que se vinham gestando na primeira metade do século XX, o Concílio Vaticano II retomará o conceito de comunhão em seu sentido original, indo além do jurídico. A constituição *Lumen gentium* nos apresenta à Igreja, que “é em Cristo como um sacramento, ou seja, sinal e instrumento da *união íntima* com Deus e da unidade de todo o gênero humano”²¹, isto é, como realidade espiritual interna ou *mistério*, que se expressa visivelmente, entendendo que a Igreja, ao mesmo tempo, é uma assembleia visível e comunidade espiritual²².

Entretanto, é preciso reconhecer que a palavra “comunhão” não ocupa expressamente, nos documentos do Concílio, um lugar central²³. Ainda que os textos sobre o ecumenismo²⁴ a mencionam e a mesma *Lumen gentium* a menciona em trinta e quatro ocasiões, a maioria das

¹⁹ Conf. Joseph RATZINGER, *Conferência sobre a eclesiologia da Lumen gentium pronunciada no Congresso internacional sobre a aplicação do Concílio Vaticano II, organizado para o Grande Jubileu do ano 2000*.

²⁰ *Lumen gentium*, Nota explicativa prévia, 2ª.

²¹ *Lumen gentium*, 1.

²² *Ibidem*, 8.

²³ Joseph RATZINGER, *Conferência sobre a eclesiologia da Lumen gentium pronunciada no Congresso internacional sobre a aplicação do Concílio Vaticano II, organizado para o Grande Jubileu do ano 2000*.

²⁴ Referimo-nos ao decreto *Unitatis Redintegratio* e à declaração *Nostra Aetate*.

vezes que encontramos a palavra “comunhão” nestes documentos tem um conteúdo principalmente jurídico (a unidade de fé e comunhão com Pedro e seus sucessores, o vínculo do governo e a comunhão eclesial, as igrejas particulares, o ofício do bispo, etc.). Como veremos, o processo de explicitação e desenvolvimento teológico do conceito será posterior, embora sempre a partir dos textos conciliares.

C. A “eclesiologia de comunhão” depois do Concílio Vaticano II

O *Sínodo dos bispos de 1985*, que devia tratar de fazer uma espécie de balanço no vigésimo aniversário do Concílio, tentou apresentar o conjunto da eclesiologia conciliar a partir de um novo conceito básico: o de “eclesiologia de comunhão”²⁵, que podemos definir como “o esforço para que se entenda mais claramente a Igreja como comunhão e se leve esta ideia mais concretamente à vida”²⁶.

“Em 1985, a Assembleia extraordinária do Sínodo dos Bispos reconheceu na “eclesiologia de comunhão” a ideia central e fundamental dos documentos do Concílio Vaticano II”²⁷. Destacam-se três contribuições principais da relação final do Sínodo:

- a comunhão está baseada nos sacramentos, é de ordem espiritual. Por isto, “a eclesiologia de comunhão não pode se reduzir a meras questões organizativas ou a questões que se referem a meras potestades”²⁸,
- a Igreja única e universal está presente em todas as igrejas particulares. Há que reconhecer a unidade e pluralidade da Igreja,
- a participação e corresponsabilidade²⁹ deve existir em todos os níveis e entre todos os âmbitos: bispos, presbíteros, religiosos, religiosas, leigos e leigas, jovens, adultos, etc. A comunhão compromete, diretamente com Cristo, todos os fiéis batizados (e não só alguns mais comprometidos ou que consagraram sua vida, por exemplo).

Esta última contribuição será importante porque reflete uma mudança ao passar de uma eclesiologia que partia do princípio da autoridade e da *sacra potestas* exercitada pelos que receberam o sacramento da ordem como princípio de estruturação da Igreja, fazia uma autocompreensão da mesma que caracterizou as comunidades cristãs dos primeiros séculos e que parte da igualdade fundamental dos fiéis em virtude do batismo³⁰.

Na exortação apostólica *Christifideles laici* (1988) menciona-se o conceito de comunhão em cem ocasiões, reforçando o vínculo entre os diversos estados de vida na Igreja, o que comporta dois desafios:

²⁵ Joseph RATZINGER, *Conferência sobre a eclesiologia da Lumen gentium pronunciada no Congresso internacional sobre a aplicação do Concílio Vaticano II, organizado para o Grande Jubileu do ano 2000*.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ecclesia de Eucharistia*, 34. Conf. SÍNODO DOS BISPOS DE 1985, *Relação final*, C1.

²⁸ SÍNODO DOS BISPOS DE 1985, *Relação final*, C1.

²⁹ *Ibidem*, C6.

³⁰ Conf. A ANTÓN, *El Misterio de la Iglesia. Evolución histórica de las ideas eclesiológicas*. II, BAC maior (Madrid, Toledo. 1987) p. 930-931.

- o de captar a comunhão como uma realidade espiritual e visível ao mesmo tempo. Isto implica que a comunhão eclesial não pode ser captada adequadamente quando se entende como uma simples realidade sociológica e psicológica (como algo puramente prático, modo de se organizar, programar, ter objetivos comuns, etc.). A exortação é categórica ao afirmar que a identidade e missão dos leigos só poderá ser compreendida adequadamente a partir do contexto vivo da Igreja-comunhão³¹,
- o da comunhão orgânica, isto é, a diversidade e a complementariedade. Na Igreja convivem diversas vocações. É precisamente graças a esta complementariedade que cada fiel leigo se encontra em relação com todo o corpo e oferece-lhe sua própria contribuição³².

Ademais, *Christifideles laici* aprofunda a relação entre comunhão e missão: Cristo, como o Filho de Deus encarnado, é a fonte da comunhão com Deus e entre os homens e, ao mesmo tempo, fonte da *evangelização*, ou seja, do anúncio de seu Reino entre os homens. Ambas, pois, se implicam mutuamente, sendo a comunhão um sinal eficaz de evangelização:

“Para que todos sejam um, assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, para que também eles estejam em nós e o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21). Nesta comunhão, vertical e horizontal, está o fundamento da fecundidade da missão.³³

A comunhão é, em si, missionária, pois mediante ela a Igreja se apresenta e atua como sacramento visível de unidade salvífica.³⁴

Não obstante a contribuição do Sínodo de 1985, a compreensão da comunhão em alguns ambientes seguiu em sentido horizontal e esvaziando-se de seu conteúdo teológico para passar a transformar-se em um “*slogan* fácil”³⁵. Por este e outros motivos, a Congregação para a Doutrina da Fé publicou em 1992 uma nota esclarecedora: *Alguns aspectos da Igreja como comunhão*, de cujo conteúdo destacamos o seguinte:

- esta comunhão não é só visível, mas também invisível. A doutrina dos Apóstolos, os sacramentos e a ordem hierárquica manifestam a íntima relação entre a comunhão visível e a comunhão invisível. Por isto, não podemos dissociar uma dimensão da outra. De fato, é esta relação que constitui a Igreja como *sacramento de salvação* e, por fim, não pode ser uma realidade recolhida sobre si mesma ou *autorreferencial*³⁶, mas permanentemente aberta às dinâmicas missionária e ecumênica, pois foi enviada ao mundo para anunciar e testemunhar, atualizar e estender o mistério de comunhão que a constitui: a reunir a todos e a tudo em Cristo”³⁷,

³¹ Conf. JOÃO PAULO II, Exortação apostólica *Christifideles laici*, 18-19.

³² Conf. *Ibidem*, 20.

³³ JOÃO PAULO II, Encíclica *Redemptoris missio*, 75.

³⁴ Cf. *Lumen Gentium*, 9.

³⁵ Joseph RATZINGER, *Conferência sobre a eclesiologia da Lumen gentium pronunciada no Congresso internacional sobre a aplicação do Concílio Vaticano II, organizado para o Grande Jubileu do ano 2000*.

³⁶ *Evangelii gaudium*, 236.

³⁷ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Alguns aspectos da Igreja como comunhão*, 1992, 4.

- a ideia de unidade na diversidade se vincula em forma explícita à eclesiologia de comunhão. A Igreja não é uma democracia e nem pode renunciar ao princípio de constituição hierárquica instaurado por Cristo.

A universalidade da Igreja, por um lado, comporta a mais sólida unidade e, por outro, uma pluralidade e uma diversificação, que não obstaculizam a unidade, mas lhe conferem em troca o caráter de *comunhão*. Esta pluralidade se refere [...] à diversidade de ministérios, carismas, formas de vida e de apostolado dentro de cada Igreja particular [...]. No contexto da Igreja entendida como comunhão, há que considerar também os múltiplos institutos e sociedades, expressões dos carismas de vida consagrada e de vida apostólica, com os quais o Espírito Santo enriquece o Corpo Místico de Cristo: ainda não pertencendo à estrutura hierárquica da Igreja, pertencem a sua vida e a sua santidade.³⁸

No mesmo ano de 1992, também se publicou o *Catecismo da Igreja Católica*. Sua contribuição será importantíssima ao recolher e sistematizar as ideias que o Magistério traçava sobre a comunhão. Aqui só mencionamos o título de dois parágrafos deste catecismo: *Unidade da Igreja* (n. 813-822) e *Diversidade de ministérios* (n. 871-873).

D. A “espiritualidade da comunhão” em nossos dias

A exortação apostólica *Vita consecrata* (1996), que menciona a comunhão em noventa e cinco ocasiões, é o primeiro texto a falar expressamente de uma “espiritualidade da comunhão” e aprofunda-se sobre a “comunhão missionária”, presente já na exortação apostólica *Christifideles laici*³⁹.

Poderíamos definir esta “espiritualidade da comunhão” como “um modo de pensar, dizer e agir, que faz a Igreja crescer em profundidade e em extensão⁴⁰. “Mais ainda, a comunhão gera comunhão e se configura essencialmente como comunhão missionária”⁴¹. Em um mundo em que se vive uma realidade de divisão e discórdia (individualismo, destruição da família e da sociedade), a comunhão se apresenta como um caminho liberador frente a escravidão do pecado. O anseio de comunhão é um claro sinal dos tempos, não só para a Igreja, mas também para o mundo. Será ponto de união entre ambos: uma Igreja chamada a ser testemunho de comunhão, a imagem de Deus uno e trino, e um mundo que a busca com veemência.

Na carta apostólica *Novo Millennio Ineunte* (2001), traçando o plano para a Igreja do terceiro milênio, São João Paulo II nos dará o desenvolvimento mais acabado do conceito. Entre os números 42 e 46 (IV parte: testemunhos do amor), podemos encontrar uma síntese da espiritualidade da comunhão. O n. 43 é particularmente revelador:

O que significa tudo isto em concreto? Também aqui a reflexão poderia tornar-se em seguida operativa, porém seria equivocado deixar-se levar por este primeiro impulso. Antes de programar iniciativas concretas, é preciso promover uma espiritualidade da comunhão, propondo-a como princípio educativo em todos os lugares onde se forma o homem e o cristão, onde se educam os ministros do altar, as pessoas consagradas e os agentes pastorais, onde se

³⁸ *Ibidem*, 15.

³⁹ *Christifideles laici*, 32.

⁴⁰ JOÃO PAULO II, Exortação apostólica *Vita consecrata*, 46.

⁴¹ *Ibidem*.

constroem as famílias e as comunidades. Espiritualidade da comunhão significa, antes de tudo, um olhar do coração sobretudo para o mistério da Trindade que habita em nós e cuja luz deve ser reconhecida também no rosto dos irmãos que estão a nosso lado. Espiritualidade da comunhão significa, ademais, capacidade de sentir o irmão de fé na unidade profunda do Corpo místico e, portanto, como alguém que me pertence para saber compartilhar suas alegrias e seus sofrimentos, para intuir seus desejos e atender às suas necessidades, para oferecer-lhe uma verdadeira e profunda amizade. Espiritualidade da comunhão é também capacidade de ver, acima de tudo, o que há de positivo no outro, para acolhê-lo e valorizá-lo como presente de Deus: um dom para mim, além de ser um dom para o irmão que o recebeu diretamente. Enfim, espiritualidade da comunhão é saber dar espaço ao irmão, levando mutuamente a carga dos outros (conf. *Ga* 6,2) e rechaçando as tentações egoístas que continuamente nos rodeiam e causam competitividade, vontade de fazer competição, desconfiança e invejas. Não nos iludamos: sem este caminho espiritual, de pouco serviriam os instrumentos externos da comunhão. Seriam convertidos em meios sem alma, máscaras de comunhão mais que seus modos de expressão e crescimento.⁴²

A comunhão relaciona-se assim com a vivência da caridade: a comunhão como fruto do amor que faz de todos nós um só coração e uma só alma (conf. *Atos* 4,32) e converte-se no coração da Igreja, como o intuiu Santa Teresa de Lisieux: “Compreendi que a Igreja tinha um Coração e que este Coração ardia de amor. Entendi que só o amor movia os membros da Igreja [...] entendi que o amor compreendia todas as vocações, que o Amor era tudo”⁴³. Podemos dizer que a partir da espiritualidade da comunhão, considero o *outro* como parte de mim mesmo e que, seguindo a dinâmica do amor, passa a ser *necessário* para mim. Não podemos realizar a própria vocação se não for em comunhão com os demais.

Em *Novo Millennio Ineunte* também se apresentam os chamados *espaços de comunhão*, como aqueles *lugares espirituais* em que se pode promover esta espiritualidade, que devem ser cultivados em todo momento e em todos os níveis: entre bispos, presbíteros e diáconos; entre pastores e todo o povo de Deus; entre o clero e religiosos; entre religiosos e leigos; entre associações e movimentos eclesiais. Só a Igreja inteira faz Cristo presente no mundo, pois só ela completa é seu Corpo Místico. Por isso, nenhum grupo, nenhuma ordem eclesial particular pode pretender realizar toda a obra de Cristo isolada dos demais; nenhuma vocação eclesial pode pretender monopolizar toda a riqueza de Cristo nem monopolizar a realidade da Igreja.

Devem-se promover e valorizar organismos de participação que, ainda que sejam consultivos e não deliberativos, têm amplo significado e importância. Assim, promove-se uma escuta recíproca e eficaz entre todos, mantendo-se, por um lado, unidos *a priori* em tudo o que é essencial e, por outro lado, buscando confluir normalmente para opções ponderadas e compartilhadas inclusive no opinável:

Portanto, assim como a prudência jurídica, estabelecendo regras precisas para a participação, manifesta a estrutura hierárquica da Igreja e evita tentações de arbitrariedade e pretensões injustificadas, a espiritualidade da comunhão dá uma alma à estrutura institucional, com um chamado à confiança e à abertura que responde plenamente à dignidade e à responsabilidade de cada membro do Povo de Deus.⁴⁴

⁴² JOÃO PAULO II, Carta apostólica *Novo Millennio Ineunte*, 43.

⁴³ Conf. *Ibidem*, 42, em que se cita este texto de Santa Teresa de Lisieux.

⁴⁴ *Ibidem*, 45.

Esta visão é importante, pois em um esquema de comunhão, que reconhece as legítimas diferenças entre diversos âmbitos e estados de vida, haverá inevitáveis situações de conflito ocasional. A forma de resolvê-las nunca será silenciar o que discorda ou recorrer imediatamente a soluções de autoridade, mas a vivência da caridade, que sempre é libertadora e desinteressada. Isso somente pode ser alcançado quando se promove, no próprio seio da Igreja, uma cultura da mútua estima, o respeito e a concórdia, que reconhecem as legítimas diversidades para abrir um diálogo real entre todos os membros do povo de Deus, tanto pastores como fiéis. Sempre os laços de união serão maiores que os motivos de divisão: como recomendava Santo Agostinho, haja unidade no necessário, liberdade no duvidoso, caridade em tudo⁴⁵.

Finalmente, é importante à luz da espiritualidade da comunhão que todos os batizados tomem consciência da própria responsabilidade na vida eclesial. Todas as vocações são uma riqueza para a Igreja e devem ser acolhidas porque estão enraizadas no Batismo.

Em conclusão, podemos afirmar que uma comunidade é cristã na medida em que está em comunhão com Deus, com os irmãos – incluída a comunhão hierárquica, em seus distintos aspectos e graus – e com o mundo, até o amor ao inimigo. Assim faz presente e edifica o Reino de Deus. A Igreja é comunidade convocada pela palavra, é comunidade de fé, de vida e de amor, é comunidade litúrgica, sobretudo eucarística, e de oração, é comunidade em diálogo, é comunidade evangelizadora e missionária até o extremo.

E. Alguns textos de apoio para a fundamentação teológica da comunhão

1. Fundamento trinitário

O mistério de comunhão da Igreja tem sua fonte no próprio Deus, que se revela como uma comunhão interpessoal de amor e chama à salvação todos os homens, a partir do seio da Trindade:

A comunhão dos cristãos com Jesus tem como modelo, fonte e meta a comunhão do Filho com o Pai no dom do Espírito Santo: os cristãos se unem ao Pai ao unir-se ao Filho no vínculo amoroso do Espírito. [...] A comunhão dos cristãos entre si, nasce de sua comunhão com Cristo; [...] esta comunhão fraterna é o reflexo maravilhoso e a misteriosa participação na vida íntima de amor do Pai, do Filho e do Espírito Santo.⁴⁶

Portanto, a comunhão ocorre em duas dimensões: a dimensão vertical, comunhão com Deus, da qual brota aquela horizontal, que é a comunhão com os homens. Em sua dupla dimensão, o agente desta comunhão é o Espírito Santo e manifesta-se concretamente na vida da Igreja, que é como uma prolongação visível e eficaz, isto é, como um sacramento, da vida trinitária. De Pentecostes em diante, a Igreja está em Cristo e Cristo na Igreja, por virtude do Espírito. Assim, Deus é tudo em todos (*1Cor 15,28*)⁴⁷.

⁴⁵ Conf. JAVIER DEL RÍO, *Eclesiologia de Comunhão e Nova Evangelização*, 9, e *Gaudium et spes*, 92.

⁴⁶ *Christifideles laici*, 18.

⁴⁷ Conf. Bruno FORTE, *La Iglesia, icono de la Trinidad*, Sígueme (Salamanca, 1992), 30.

2. *Fundamento cristológico*

A Igreja é comunhão com Jesus. Três textos escolhidos do Catecismo:

Desde o começo, Jesus associou seus discípulos a sua vida (conf. *Mc* 1,16-20; 3,13-19), revelou-lhes o Mistério do Reino (conf. *Mt* 13,10-17), deu-lhes parte em sua missão, em sua alegria (conf. *Lc* 10,17-20) e em seus sofrimentos (conf. *Lc* 22,28-30). Jesus fala de uma comunhão ainda mais íntima entre ele e os que o sigam: permaneçei em mim, como eu em vós. Eu sou a videira e vós os ramos (*Jo* 15,4-5). Anuncia uma comunhão misteriosa e real entre seu próprio corpo e o nosso: Quem come minha carne e bebe meu sangue permanece em mim e eu nele (*Jo* 6,56).⁴⁸

Quando os discípulos foram privados de sua presença visível, Jesus não os deixou órfãos (conf. *Jo* 14,18). Prometeu-lhes ficar com eles até o fim dos tempos (conf. *Mt* 28,20), enviou-lhes seu Espírito (conf. *Jo* 20,22, *Atos* 2,33). Por isso, a comunhão com Jesus se fez, de certo modo, mais intensa: Pela comunicação de seu Espírito a seus irmãos, reunidos de todos os povos, Cristo os constituiu misticamente em seu corpo.⁴⁹

A comparação da Igreja com o corpo arroja um raio de luz sobre a relação íntima entre a Igreja e Cristo. Não está somente reunida em torno a Ele: sempre está unificada n'Ele, em seu Corpo. Três aspectos da "Igreja-Corpo de Cristo" devem ser ressaltados mais especificamente: (a) a unidade de todos os membros entre si por sua união com Cristo, (b) Cristo Cabeça do Corpo, (c) a Igreja, Esposa de Cristo.⁵⁰

3. *Fundamento pneumatológico*

O Espírito Santo e a comunhão:

Para que nos renovássemos incessantemente n'Ele (conf. *Ef* 4,23), concedeu-nos participar de seu Espírito, que, sendo um só na Cabeça e nos membros, de tal modo vivifica todo o corpo, une-o e move-o; seu ofício pode ser comparado pelos Santos Padres com a função que exerce o princípio de vida ou a alma no corpo humano.⁵¹

A missão de Cristo e do Espírito Santo se realiza na Igreja, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo. Esta missão conjunta associa desde agora os fiéis de Cristo em sua Comunhão com o Pai no Espírito Santo: o Espírito Santo prepara os homens, previne-os por sua graça, para atraí-los para Cristo. Manifesta-lhes o Senhor ressuscitado, recorda-lhes sua palavra e abre sua mente para entender sua Morte e sua Ressurreição. Faz-lhes presente o Mistério de Cristo, sobretudo na Eucaristia, para reconciliá-los, para conduzi-los à Comunhão com Deus, para que deem muito fruto (*Jo* 15,5.8.16).⁵²

Assim, à missão da Igreja não se acrescenta a de Cristo e do Espírito Santo, mas é seu sacramento: com todo seu ser e em todos seus membros foi enviada para anunciar e dar testemunho, para atualizar e estender o Mistério da Comunhão da Santíssima Trindade. Todos nós, que recebemos o mesmo e único Espírito, a saber, o Espírito Santo, nos fundimos entre nós e com Deus já que, por mais que sejamos numerosos separadamente e que Cristo faça com que o Espírito do Pai habite em cada um de nós, este Espírito único e indivisível leva por si

⁴⁸ *Catecismo da Igreja Católica*, 787.

⁴⁹ *Ibidem*, 788, conf. *Lumen Gentium*, 7.

⁵⁰ *Ibidem*, 789.

⁵¹ *Lumen Gentium*, 7.

⁵² *Catecismo da Igreja Católica*, 737.

mesmo à unidade aqueles que são distintos entre si e faz com que todos pareçam como uma só coisa nele. E da mesma maneira que o poder da santa humanidade de Cristo faz com que todos aqueles nos quais ela se encontra formem um só corpo, penso também que, da mesma maneira, o Espírito de Deus que habita em todos, único e indivisível, leva todos à unidade espiritual.⁵³

4. *Fundamento sacramental*

Os crentes que respondem à palavra de Deus e se fazem membros do Corpo de Cristo ficam estreitamente unidos a Cristo: a vida de Cristo se comunica aos crentes, que se unem a Cristo, morto e glorificado, por meio dos sacramentos de uma maneira misteriosa, porém real. Isto é particularmente verdade, no caso do Batismo, pelo qual nos unimos à morte e à Ressurreição de Cristo (conf. *Rm* 6,4-5, *ICo* 12,13), e no caso da Eucaristia, pela qual compartilhamos realmente o Corpo do Senhor, que nos eleva até a comunhão com ele e entre nós.⁵⁴

A Eucaristia é fonte e ápice de toda a vida cristã. Os demais sacramentos, como também todos os ministérios eclesiais e as obras de apostolado, estão unidos à Eucaristia e a ela se ordenam. A sagrada Eucaristia, com efeito, contém todo o bem espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo, nossa Páscoa.⁵⁵

[...] compreender bem que a *res* do Sacramento eucarístico inclui a unidade dos fiéis na comunhão eclesial. A Eucaristia se mostra assim nas raízes da Igreja como mistério de comunhão. Já em sua Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, o servo de Deus João Paulo II chamou a atenção sobre a relação entre Eucaristia e *communio*. Referiu-se ao memorial de Cristo como a suprema manifestação sacramental da comunhão na Igreja; [...] a unicidade e indivisibilidade do Corpo eucarístico do Senhor implica a unicidade de seu Corpo místico, que é a Igreja una e indivisível.⁵⁶

Comunhão significa que a barreira aparentemente insuperável de meu eu é salva e pode ser salva porque Jesus foi o primeiro a querer abrir-se todo; acolheu a todos dentro dele e deu-se totalmente a nós. Comunhão significa, pois, fusão das existências; como na alimentação pode o corpo assimilar uma substância estranha e assim viver, também meu eu é assimilado pelo próprio Jesus, feito semelhante a ele em um intercâmbio que rompe cada vez mais a linha de separação. É o que ocorre aos que comungam; todos são assimilados a este pão, fazendo-se assim mutuamente uma só coisa, um só corpo. Deste modo, a eucaristia edifica a Igreja, abrindo os muros da subjetividade e agrupando-nos em uma profunda comunhão existencial. Por ela tem lugar a agrupação mediante a qual nos reúne o Senhor. Portanto, a fórmula *a Igreja é o corpo de Cristo* afirma que a eucaristia na qual o Senhor nos dá seu corpo e faz de nós um só corpo é o lugar do nascimento ininterrompido da Igreja, na qual ele a funda constantemente de novo; na eucaristia a Igreja é ela mesma do modo mais intenso: em todos os lugares, e entretanto uma só, da mesma forma que ele é um só [...]. Os padres compendiarão estes dois aspectos – eucaristia e reunião – na palavra *communio*, que hoje novamente está em alta: Igreja e comunhão; ela é comunhão da palavra e do corpo de Cristo e, portanto, comunhão recíproca entre os homens, que, em virtude desta comunhão que os leva de cima e de dentro a unir-se, converter-se em um só povo, em um só corpo.⁵⁷

⁵³ *Ibidem*, 738.

⁵⁴ *Ibidem*, 790, conf. *Lumen Gentium*, 7.

⁵⁵ *Ibidem*, 1324, conf. *Lumen Gentium*, 11.

⁵⁶ BENTO XVI, Exortação apostólica *Sacramentum caritatis*, 15.

⁵⁷ Joseph RATZINGER, *A Igreja, uma comunidade sempre em caminho*, 1991, 2.3.

5. *Fundamento eclesiológico*

A Igreja é una devido a sua origem: o modelo e princípio supremo deste mistério é a unidade de um só Deus Pai e Filho no Espírito Santo, na Trindade de pessoas. A Igreja é una devido a seu Fundador: Pois o próprio Filho encarnado, Príncipe da paz, por sua cruz reconciliou a todos os homens com Deus, restituindo a unidade de todos em um só povo e em um só corpo. A Igreja é una devido a sua alma: o Espírito Santo que habita nos crentes e enche e governa toda a Igreja realiza essa admirável comunhão de fiéis e une a todos em Cristo tão intimamente que é o Princípio da unidade da Igreja. Portanto, pertence à própria essência da Igreja ser una: que surpreendente mistério! Há um só Pai do universo, um só Logos do universo e também um só Espírito Santo, idêntico em todas as partes; há também uma só virgem feita mãe, e gosto de chamá-la Igreja.⁵⁸

Desde o princípio, esta Igreja una se apresenta, não obstante, com uma grande diversidade que procede ao mesmo tempo da variedade dos dons de Deus e da multiplicidade das pessoas que os recebem. Na unidade do Povo de Deus se reúnem os diferentes povos e culturas. Entre os membros da Igreja existe uma diversidade de dons, cargos, condições e modos de vida; dentro da comunhão eclesial existem legitimamente as Igrejas particulares com suas próprias tradições. A grande riqueza desta diversidade não se opõe à unidade da Igreja. Não obstante, o pecado e o peso de suas consequências ameaçam sem cessar o dom da unidade. Também o apóstolo deve exortar a guardar a unidade do Espírito com o vínculo da paz (*Ef 4,3*).⁵⁹

Por sua regeneração em Cristo, dá-se entre todos os fiéis uma verdadeira igualdade quanto à dignidade e à ação, em virtude da qual, todos, segundo sua própria condição e ofício, cooperam para a edificação do Corpo de Cristo.⁶⁰

As mesmas diferenças que o Senhor quis pôr entre os membros de seu Corpo servem para sua unidade e sua missão. Porque há na Igreja diversidade de ministérios, mas unidade de missão. Aos Apóstolos e seus sucessores conferiu Cristo a função de ensinar, santificar e governar em seu próprio nome e autoridade. Porém, também os leigos, partícipes da função sacerdotal, profética e real de Cristo, cumprem na Igreja e no mundo a parte que lhes corresponde na missão de todo o Povo de Deus. Enfim, nesses dois grupos [hierarquia e leigos], há fiéis que pela profissão dos conselhos evangélicos se consagram a Deus e contribuem para a missão salvífica da Igreja segundo a maneira peculiar que lhes é própria.⁶¹

A comunhão e a missão estão profundamente unidas entre si, compenetram-se e implicam-se mutuamente, a tal ponto que *a comunhão representa ao mesmo tempo a fonte e o fruto da missão: a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão*. Sempre é o único e idêntico Espírito o que convoca e une a Igreja e o que a envia a pregar o Evangelho “até os confins da terra” (*Atos 1,8*). Por seu lado, a Igreja sabe que a comunhão, que lhe foi entregue como dom, tem uma destinação universal. Desta maneira a Igreja se sente devedora, a respeito da humanidade inteira e de cada homem, do dom recebido do Espírito que derrama nos corações dos crentes a caridade de Jesus Cristo, força prodigiosa de coesão interna e, ao mesmo tempo, de expansão externa. A missão da Igreja deriva de sua própria natureza, tal como Cristo a quis: a de ser “sinal e instrumento (...) de unidade de todo o gênero humano” [LG 1]. Tal missão tem como finalidade dar a conhecer a todos e levá-los a viver a “nova” comunhão que, no Filho de Deus feito homem, entrou na história do mundo. Neste sentido, o testemunho do evangelista

⁵⁸ *Catecismo da Igreja Católica*, 813.

⁵⁹ *Ibidem*, 814.

⁶⁰ *Ibidem*, 872, *Código de Direito Canônico*, c. 208, conf. *Lumen Gentium*, 32.

⁶¹ *Ibidem*, 873, *Código de Direito Canônico*, c. 207 §2.

João define – e agora de modo irrevogável – esse fim que enche de júbilo e, ao que se dirige, a inteira missão da Igreja: “O que vimos e ouvimos, vos anunciamos, para que também vós estejais em comunhão conosco. E nós estamos em comunhão com o Pai e com seu Filho, Jesus Cristo” (1Jo 1,3).⁶²

6. Conclusão

A comunhão eclesial é, portanto, um dom, um grande dom do Espírito Santo, que os fiéis leigos estão chamados a acolher com gratidão e, ao mesmo tempo, a viver com profundo sentido de responsabilidade. O modo concreto de agir é por meio da participação na vida e missão da Igreja, a cujo serviço os fiéis leigos contribuem com suas diversas e complementares funções e carismas.⁶³

PERGUNTAS DE ASSIMILAÇÃO PARA A REFLEXÃO EM GRUPO

1. Como entendia este conceito até antes de ler este subsídio e como o entendo agora? Em que me enriqueceu?
2. O que entendo por “comunhão”? O que entendo por “eclesiologia da comunhão”? O que entendo por “espiritualidade da comunhão”?
3. Como podemos crescer na comunhão para que não a reduzamos a meras coisas organizativas ou jurídicas?
4. *Novo millennio ineunte* fala de “espaços de comunhão”, quais espaços identificaria na vida do *Regnum Christi*? Como poderíamos aproveitá-los melhor?
5. Com respeito à vida do *Regnum Christi* na Igreja, como devemos viver nossa inserção na Igreja local à luz da eclesiologia da comunhão?
6. O que significa para mim que deve haver unidade na diversidade? Como se aplica isto na vida do Movimento (ramos do *Regnum Christi*, seções, obras de apostolado, etc.)?
7. A exortação apostólica *Vita consecrata* fala da espiritualidade de comunhão como um modo de pensar, dizer e agir; como podemos potencializá-la nas equipes, seções, localidades e territórios?
8. Sabemos que a Igreja não deve estar recolhida sobre si mesma, mas ser missionária. Nossa seção é uma comunidade em missão?
9. A espiritualidade de comunhão me motiva a convidar outros ao Movimento?
10. Ler *Novo millennio ineunte*, 43. Se tivesse que escolher uma só frase deste texto, qual seria?

LEITURAS RECOMENDADAS

Catecismo da Igreja Católica, n. 770-879.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, *Constituição dogmática Lumen gentium*, n. 1-17 e 30-38.

⁶² *Ibidem*, 32.

⁶³ *Christifideles laici*, 20.

COMISSÃO CENTRAL PARA A REVISÃO DOS *ESTATUTOS DO REGNUM CHRISTI*

JOÃO PAULO II, *Exortação apostólica Christifideles laici*, n. 18-21.

JOÃO PAULO II, *Exortação apostólica Vita consecrata*, n. 46-51.

JOÃO PAULO II, *Exortação apostólica Novo Millennio Ineunte*, n. 42-46.

JOSEPH RATZINGER, *Conferência sobre a eclesiologia da Lumen gentium pronunciada no Congresso Internacional sobre a aplicação do Concílio Vaticano II, organizado para o Grande Jubileu do ano 2000*.

JOSEPH RATZINGER, *A Igreja, uma comunidade sempre em caminho*, 1991.

SÍNODO DOS BISPOS DE 1985, *Relação final*, n. C1, C2, C6.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Alguns aspectos da Igreja como comunhão*, 1992, n. 1-6.15-16.

Outubro de 2014

PRCAGD